

**CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026

CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

OBJETO:

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA EM GERAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O CONSÓRCIO AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ.

- DATA DE INÍCIO DE CREDENCIAMENTO:
DIA 15/05/2026
- CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS
- PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
NÃO

PREÂMBULO**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026****INEXIGIBILIDADE Nº 02/2026****CREDENCIAMENTO Nº 01/2026**

Torna-se público que o **CONSÓRCIO AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ**, pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 20.362.307/0001-40, com endereço na Rua Comendador José Garcia, n.º 774, Centro, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **CREDENCIANTE/CONTRATANTE**, por meio de seu Pregoeiro nomeado, nos termos da **Portaria nº 01/2026**, usando das atribuições que lhe são conferidas torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizará na modalidade auxiliar de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, um processo administrativo de **CHAMAMENTO PÚBLICO** na modalidade de **CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, de acordo com as disposições constantes do Edital e seus anexos, com a **SELEÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE**, consoante previsão no inciso XLIII do art. 6º, no inciso IV do art. 74, no inciso I do art. 78 e no inciso I do art. 79, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

INÍCIO DO CREDENCIAMENTO E ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Dia 15/04/2026
--

O(s) Credenciamento(s) decorrentes deste processo poderá(ão) gerar contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos municípios consorciados da AMESP doravante denominados **CREDENCIANTES/CONTRATANTES** que são:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ALBERTINA
ALFENAS
ANDRADAS
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAMANDUCAIA
CAREAÇU
CONCEIÇÃO DOS OUROS
CONGONHAL
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
EXTREMA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
OURO FINO
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
POUSO ALEGRE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR JOSÉ BENTO
SILVIANÓPOLIS
TURVOLÂNDIA

1. INFORMAÇÕES E OBJETO

1.1. As informações administrativas relativas a este CREDENCIAMENTO poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos do CONSÓRCIO AMESP da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP por meio do telefone nº (35) 3025-6589 ou pelo e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

1.2. Este chamamento público tem por objeto o CREDENCIAMENTO de Empresas para Prestação de Serviços especializados que contemplem as atividades técnicas de engenharia e/ou arquitetura em geral, com a finalidade de promoção de crescimento e desenvolvimento, para futuros contratos a serem firmados com os municípios que compõem o consórcio público AMESP, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.3. O Credenciamento será realizado em lote único, conforme tabela orçamentária constante na relação de serviços (ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA), facultando-se ao licitante a credenciar se tiver condições em atender o objeto por completo.

1.4. Os serviços requisitados no âmbito deste credenciamento serão prestados de acordo com as necessidades do CONSÓRCIO AMESP e/ou dos Municípios Consorciados, não havendo, necessariamente, que ser executada a totalidade estimada no respectivo Termo de Credenciamento.

1.5. Os preços a serem praticados serão os da tabela de referência mencionada no item 1.3, utilizando desta(s) os valores referentes à coluna "COM DESONERAÇÃO". Sobre tal valor, será aplicado o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), justifica-se que tais parâmetros de valores para o BDI está conforme o Acórdão nº 2622/13 e a Lei nº 13.161 de 31/08/2015.

1.6. Todas as exigências estabelecidas nesse processo, especificações detalhadas e base de preços para a realização dos serviços, foram utilizadas como base as planilhas referenciais governamentais que poderão ser acessadas em:

✓ **SEINFRA:**

<https://portal.der.mg.gov.br/portal-servicos-frontend/login>

após o efetivo cadastro no portal DER-MG onde são publicadas as tabelas e composições de custo, na aba “Referencial de Custos”, Região Sul;

✓ **SUDECAP:**

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sudecap/tabela-de-precos>

✓ **PREFEITURA DE SÃO PAULO:**

https://capital.sp.gov.br/web/obras/w/tabelas_de_custos/355179

✓ **DER-ES:**

<https://der.es.gov.br/referencial-de-precos-edificacoes>

1.7. Fica fixado aos serviços referidos neste instrumento, o valor máximo estimado de até **R\$ 44.326.165,92 (quarenta e quatro milhões, trezentos e vinte e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos)** entre todas as empresas credenciadas.

2. DO PERÍODO DE INSCRIÇÃO

2.1. O período de inscrição visando a entrega da documentação para credenciamento e análise na primeira sessão pública da Comissão de Credenciamento/Licitação será a partir de **15/04/2026**.

2.2. Este credenciamento ficará permanentemente aberto a todos os interessados, que atendam aos requisitos estabelecidos no Edital e durante a vigência deste, que terá a sua duração de acordo com as disposições dos artigos 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Os pedidos de inscrição encaminhados após o prazo estabelecido serão objeto de apreciação nas sessões públicas subsequentes, que serão publicados no sítio eletrônico oficial da AMESP e deverão acontecer conforme a necessidade ou a cada **180 (cento e oitenta) dias**.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA O CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar do presente credenciamento para a celebração do Termo de Credenciamento e/ou Contrato de Prestação de Serviços todas as pessoas jurídicas do ramo

pertinente ao objeto deste certame que atendam às disposições deste Edital e seus anexos, inclusive – e principalmente – quanto à documentação e aos requisitos de habilitação.

3.2. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em alguma(s) da(s) seguinte(s) situação(ões):

- a) concordatárias ou em processo de falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) que estejam suspensas pela Administração Pública ou tenham sido, por esta, declaradas inidôneas;
- c) que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras ou subsidiárias entre si;
- d) estrangeiras não autorizadas a funcionar no país;
- e) cujo objeto social, não seja pertinente e compatível com o objeto do presente procedimento;
- f) que possuam servidores da CREDENCIANTE entre seus sócios ou proprietários ou, ainda, atuantes nas funções de representantes legais, gerentes, procuradores, diretores ou outros cargos de direção;
- g) servidor, dirigente ou seu familiar, de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme previsto no art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

4.1. Até 3 (três) dias antes da data fixada para abertura da sessão pública do credenciamento, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou apresentar impugnação a respeito do contido neste Edital, mediante documento escrito, assinado e protocolizado no sítio eletrônico: licitacao@amesp.mg.gov.br, sendo que:

- a) Todos os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações serão analisados pela Comissão de Credenciamento/Licitação/Licitação;
- b) Enquanto não decidida a impugnação, tempestivamente formulada, a Comissão Especial de Credenciamento poderá suspender o procedimento;
- c) A impugnação tempestivamente apresentada não impedirá o interessado de participar do procedimento até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;
- d) A Comissão de Credenciamento/Licitação poderá indeferir pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações quando infundados ou meramente protelatórios.

4.2. Não serão admitidas impugnações apresentadas fora do prazo legal previsto no item

anterior.

4.3. Caberá à Comissão de Credenciamento/Licitação decidir sobre a impugnação no prazo de máximo de 3 (três) dias úteis. Em sendo acolhida a impugnação ao instrumento convocatório, será designada nova data para a sessão pública do credenciamento, após a retificação do Edital.

5. DOS REQUERIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Os requerimentos de participação, conforme minuta constante do Anexo II, deverão ser realizados pelos interessados no sítio eletrônico: <http://www.licitamesp.com.br> em papel timbrado próprio, digitado, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade e com os documentos de habilitação para pré-qualificação / pré-habilitação relacionados no item 07 deste Edital, constando seus dados, tais como razão social (e de fantasia, se houver), CNPJ/MF, endereço, fone, fax, celular, e-mail etc. Os documentos deverão ser preenchidos, convertidos em PDF e assinados eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001 e após anexados nos campos específicos na plataforma eletrônica de credenciamento (sem a necessidade de impressão e assinatura física do documento), sendo que:

- a)** será disponibilizado aos interessados um comprovante de protocolo para fins de confirmação de entrega do pedido de credenciamento;
- b)** o requerimento ou os documentos apresentados incompletos, rasurados, vencidos e/ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão considerados inaptos desqualificando a empresa ao CREDENCIAMENTO.
- c)** não será credenciado o prestador de serviço que deixar de apresentar ou apresentar - quaisquer documentos exigidos - em desacordo com o presente Edital, resguardada a hipótese do participante que se declarar micro empresa e a empresa de pequeno porte, que possuindo restrição em qualquer documento de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação da nova documentação, que comprove sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da pendência na plataforma eletrônica do credenciamento, para regularização da documentação.

5.2. A apresentação do pedido de credenciamento vincula os interessados, sujeitando-os, integralmente, às condições deste Edital e seus anexos.

5.3. O Credenciamento será eletrônico pela plataforma licitacao@amesp.mg.gov.br.

6. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. Os interessados em participar do presente credenciamento para os serviços descritos no

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos - deste Edital, devem, no prazo de inscrição, obrigatoriamente, apresentar o pedido de credenciamento em papel timbrado juntamente com a documentação descrita no item 07 deste Edital, na plataforma licitacao@amesp.mg.gov.br. As informações prestadas, assim como a documentação entregue, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes de sua inscrição, de que atende todos os requisitos exigidos para participar do processo de credenciamento.

6.2. O Credenciamento será de lote único, facultando-se à empresa credenciada a credenciar se tiver condições em atender esse objeto por completo.

6.3. Ao inserir a documentação de inscrição implica no aceite integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Edital por parte do interessado em participar do processo de credenciamento junto ao CONSÓRCIO AMESP e a submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

7. DA PRÉ-HABILITAÇÃO / PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Para participar deste credenciamento os interessados deverão, após se cadastrar, inserir no sítio eletrônico oficial: <http://www.licitamesp.com.br> a seguinte documentação de habilitação:

7.1. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do interessado, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO* - CPF
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do ;	SIM	SIM	NÃO
CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-lo-cal-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:1119705_51082228:::P3_TIPO:CPF	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO

CONTINUA...

...CONTINUAÇÃO

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO* - CPF
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Contraladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form		SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO	NÃO
Nota: * A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.			

7.1.1. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.3. O interessado será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.1.4. Constatada a existência de sanção, o interessado será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Caso atendidas as condições de participação, o responsável pela condução do certame iniciará a análise dos documentos do interessado, sendo exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento.

7.2.1. O interessado deverá apresentar toda a documentação exigida neste Edital e seus Anexos, principalmente em seu ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, de forma completa, atualizada e com validade vigente na data de abertura da sessão pública.

7.2.2. Os documentos de habilitação deverão ser anexados na Plataforma de Compras da AMESP - no sítio eletrônico oficial: <http://www.licitamesp.com.br> - em formato PDF.

7.2.3. A verificação dos documentos será realizada pela Comissão de Credenciamento/Licitação, assegurando aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

7.3. Não será credenciado o prestador de serviço que deixar de apresentar quaisquer desses documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o presente Edital, resguardada a hipótese do participante que se declarar micro empresa e a empresa de pequeno porte, que possuindo restrição em qualquer documento de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação da nova documentação, que comprove sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da pendência na plataforma eletrônica do credenciamento, para regularização da documentação.

7.4. Os documentos serão preenchidos, convertidos em PDF e assinados eletronicamente nos termos de certificados ICP-Brasil, conforme MP 2.200-2 de 2001 e após anexados nos campos específicos na plataforma eletrônica de credenciamento (sem a necessidade de impressão e assinatura física do documento) e posteriormente anexadas nos campos específicos na plataforma eletrônica de credenciamento.

7.5. A habilitação será verificada por meio da Plataforma da AMESP, em relação aos documentos digitais inseridos.

7.6. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7. Após a inclusão dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

7.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação/comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Relativa à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva que demonstre a atual composição social da empresa;

8.2. Relativa à **Regularidade Fiscal e Trabalhista**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da interessada;
- d) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débito (CND) – junto à Previdência Social em plena validade ou a Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, na forma prevista na Portaria nº 358, de 05 de setembro de 2014.
- f) Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, na forma prevista na Portaria nº 358, de 05 de setembro de 2014, substitui também a prova de regularidade com a Fazenda Federal (tributos federais e dívida ativa da União) prevista na alínea “c”.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT em cumprimento a Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST Nº 1470/2011, que deverá ser obtida no sítio eletrônico www.tst.jus.br/certidao
- h) Declaração de que não possuem empregados menores de 18 anos nas condições

vedadas pela legislação, conforme modelo constante do Anexo IV; As MEI, ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estas apresentem alguma restrição;

- i) As certidões que não possuírem especificação a respeito do prazo de validade serão aceitas com até 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

8.3. Relativa à **Qualificação Econômico-Financeira**:

a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a sessenta dias da abertura da sessão pública deste Pregão se outro prazo não constar do documento.

b) Empresas em recuperação judicial deverão apresentar um dos seguintes documentos:

b.1) Apresentar certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021; ou,

b.2) Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

c) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, assinado por profissional devidamente e regularmente habilitado (contador), registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida, quando aquelas peças de escrituração contábil estiverem encerradas há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, a atualização pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou por outro indicador que o venha a substituir;

d) Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

d.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima – S/A):

- Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Publicados em Diário Oficial; e
- Publicados em jornal de grande circulação; ou

- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d.2) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro Órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d.3) Sociedade criada no exercício em curso:

- Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio da licitante.

e) A comprovação da boa situação financeira da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta: Índice de Liquidez Geral (*ILG*)”, “Índice de Solvência Geral (*ISG*)” e “Índice de Liquidez Corrente (*ILC*)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

- Índice de Liquidez Corrente (*ILC*) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

- Índice de Solvência (*ISG*) IGUAL OU INFERIOR A 1,00 calculado pela fórmula abaixo:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

- Índice de Liquidez Geral (*ILG*) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:

$$ILG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP}$$

Onde: (*AC*) = Ativo Circulante, (*PC*) = Passivo Circulante, (*PNC*) = Passivo Não Circulante, (*ARLP*) = Ativo Realizável a Longo Prazo, (*PELP*) = Passivo Exigível a Longo Prazo e (*AT*) = Ativo Total.

f) Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

- g) As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;
- h) Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.
- i) As Demonstrações Contábeis deverão seguir as normas previstas nas resoluções a seguir, a depender de seu porte:
- Microempresa e Empresa de Pequeno Porte seguirão o conjunto exigido pela Res. CFC 1.418/12, item 26 a 3\9 - ITG 1000;
 - Pequenas e Médias Empresas (PME's) seguirão o conjunto exigido pela Res. CFC 1.255/09, item 3.17 - NBC TG 1000 (RI);
 - Demais empresas deverão apresentar suas demonstrações nos termos da Res. CFC 1.185/09, item 10 - NBC TG 26 (R5) e Res. CFC 1.330/11 - ITG 2000 (RI).
- j) De modo geral podemos sintetizar no quadro a seguir o conjunto completo das demonstrações contábeis por situação e natureza empresarial:

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	ME E EPP ITG 1000	PME'S NBC TG 1000	REGRA GERAL	S.A. DE CAPITAL ABERTO
P.B - Balanço Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.E - Demonstração do Resultado do Exercício	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.A - Demonstração do Resultado Abrangente	Facultativo	Obrigatório (Pode ser substituída DLPA)	Obrigatório	Obrigatório
D.L.P.A - Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados	Facultativo	Facultativo (Obrigatório se substituir a DRA ou DMPL)	Facultativo	Facultativo
D.M.P.L - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Facultativo	Obrigatório (Pode ser substituída DLPA)	Obrigatório	Obrigatório
D.F.C. - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Facultativo	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
N.E. - Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.V.A. - Departamento do Valor Adicionado	Facultativo	Facultativo	Facultativo	Obrigatório

Justificativa:

Os índices econômicos indicados na Lei Federal nº 14.133/21, notadamente no artigo 69, destinam-se, exclusivamente, à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato.

O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir

a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentassem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

8.4. Relativa à Qualificação Técnica:

8.4.1. Deverá ser apresentada toda a documentação técnica estabelecida no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, constante deste edital.

8.4.2. A não apresentação de qualquer documento constante deste edital, na forma exigida e estabelecida no Edital e no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, será motivo de desqualificação ao credenciamento.

8.5. Outros Documentos:

8.5.1. Declaração elaborada pelo interessado, em papel timbrado e subscrita por seu representante legal:

- a) de que não possui sócio(s), gerente(s) ou diretor(res) na condição de cônjuge, companheiro(a) ou parente até 3º grau de Membros da Administração Pública do AMESP, conforme modelo no ANEXO V.
- b) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras.
- g) no caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas), também deverá ser declarado:
- h) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus

artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

8.6. A falsidade da declaração de que trata o item 8.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.7. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.8. Os documentos expedidos via internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, porém, suas aceitabilidades ficarão condicionadas à confirmação de suas autenticidades mediante consulta *on-line* no respectivo sítio eletrônico.

8.9. O documento que não tenha a sua validade expressa e/ou legal será considerado válido pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua emissão.

8.10. Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os credenciados mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento perante o CONSÓRCIO AMESP.

8.11. Para manutenção das condições referidas no item anterior, a Comissão de Credenciamento/Licitação, a seu critério, poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação ou para suas atualizações.

8.12. Os credenciados não aprovados na nova avaliação da documentação serão descredenciados, sendo-lhes assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9. DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO / LICITAÇÃO

9.1. A análise e o julgamento dos pedidos de credenciamento e os documentos de habilitação serão realizados por uma Comissão Permanente de Licitação, que acumulará as funções de Comissão de Credenciamento/Licitação.

9.2. Ao avaliar os pedidos de credenciamento e a documentação, a Comissão de Credenciamento/Licitação levará em consideração todas as condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como aplicar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas vigentes, no que for cabível.

9.3. É de competência da Comissão de Credenciamento/Licitação, independentemente de suas transcrições neste Edital, todas as atribuições estabelecidas no art. 51 e seus incisos da Portaria nº 009/2025.

9.4. Das decisões da Comissão de Credenciamento/Licitação cabe recurso à autoridade

superior do CONSÓRCIO AMESP, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da publicação do resultado do julgamento na Imprensa Oficial do AMESP.

10. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO

10.1. Às 09h00min do dia 08 de maio de 2026, em sessão pública, na plataforma da <http://www.licitamesp.com.br>, a Comissão de Credenciamento/Licitação, procederá à abertura da sessão.

10.2. Serão **INABILITADOS** os interessados que:

- a) não atenderem as especificações do Edital, deixando de apresentar quaisquer documentos ou que apresentá-los em desconformidade com o exigido neste Edital;
- b) que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública

10.3. O resultado será divulgado aos interessados no diário oficial da AMESP: <https://amesp.mg.gov.br/>, na plataforma <http://www.licitamesp.com.br> e no diário oficial da AMM – Associação Mineira de Municípios.

10.4. Aos inabilitados, será assegurada a possibilidade de ingressarem com novo pedido e/ou pedido complementar, desde que satisfaçam o critério que não havia sido preenchido na ocasião da abertura e julgamento dos documentos.

10.5. A documentação complementar e, se houver, de novos interessados, será julgada em novas sessões públicas e seu resultado será publicado no sítio oficial da AMESP: <https://amesp.mg.gov.br/> e na plataforma <http://www.licitamesp.com.br> e no diário oficial da AMM – Associação Mineira de Municípios.

11. DO CREDENCIAMENTO

11.1. Os interessados que atenderem todos os requisitos previstos neste Edital serão julgados habilitados e, portanto, credenciados, encontrando-se aptos a assinar os respectivos Termos de Credenciamento e prestar os serviços aos quais se candidataram, em compatibilidade com a Ordem de Fornecimento (OF) e/ou Nota de Empenho (NE) a ser oportunamente enviada pelo CONSÓRCIO AMESP e/ou de seus Municípios Consorciados.

11.2. O Edital com o resultado da pré-qualificação (credenciamento) das sessões públicas de abertura e julgamento da documentação será publicado no Diário Oficial do AMESP e divulgado no seu sítio eletrônico <https://amesp.mg.gov.br/> e na plataforma <http://www.licitamesp.com.br>.

12. DO CREDENCIAMENTO POSTERIOR DE OUTROS INTERESSADOS

12.1. Após o período estabelecido no subitem 2.1, outros interessados poderão encaminhar, na forma prevista neste Edital a documentação necessária para ingressar no credenciamento, enquanto perdurar a vigência deste credenciamento.

12.2. A abertura e julgamento dos pedidos de credenciamento e a documentação dos novos interessados serão feitos em reuniões públicas periódicas designadas pela Comissão de Credenciamento/Licitação, conforme necessidade.

12.3. As reuniões públicas posteriores serão realizadas conforme a necessidade e não em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação da documentação de futuros interessados.

12.4. Tanto os novos ingressantes como os já credenciados serão comunicados da data e horário da sessão pública para abertura e julgamento das propostas e documentação dos novos interessados, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

13. DOS RECURSOS

13.1. Da decisão da Comissão de Credenciamento / Licitação caberá recurso, com efeito suspensivo, limitando-se às questões de habilitação ou inabilitação, considerando, exclusivamente a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo levado em conta os documentos eventualmente anexados na fase recursal.

13.2. O prazo para interposição de eventuais recursos contra o resultado de julgamento da documentação é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à lavratura da ata ou após a intimação do ato, desde que não haja desistência expressa por parte dos representantes das proponentes presentes à sessão se nesta for divulgado o julgamento.

13.3. O(s) recurso(s), por escrito, deverá(ão) ser protocolados na plataforma digital da AMESP – EXCLUSIVAMENTE.

13.4. A CREDENCIANTE/CONTRATANTE, após receber o(s) recurso(s), VIA PLATAFORMA e a instrução do(s) processo(s) e, após o prazo os interessados poderão fazer a interposição, para de contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis VIA PLATAFORMA, <http://www.licitamesp.com.br>.

13.5. Transcorrido o prazo para apresentação de contrarrazões, a Comissão de Credenciamento / Licitação decidirá a respeito, podendo reformar a decisão impugnada ou, ainda, encaminhar os autos devidamente motivados à autoridade superior competente para deliberação final.

13.6. A decisão final sobre o(s) recurso(s) será divulgada na página oficial do AMESP <https://amesp.mg.gov.br/> e na plataforma <http://www.licitamesp.com.br> e ao(s) recorrente(s) indicado(s), através de e-mail ou outra comunicação alternativa certificada no processo.

14. DO DESCREDENCIAMENTO ESPONTÂNEO

14.1. A EMPRESA CREDENCIADA poderá solicitar sua exclusão do rol de credenciados, notificando a motivação e de forma fundamentada, via requerimento, ao CONSÓRCIO AMESP, por intermédio da Comissão de Credenciamento / Licitação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

15. DA CLASSIFICAÇÃO - SELEÇÃO PARALELA E NÃO EXCLUDENTE

15.1. A classificação se dá em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021:

“Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;”

15.2. As contratações advindas deste credenciamento ocorrerão por distribuição entre as empresas credenciadas por meio de rodízio/revezamento respeitando a ordem cronológica de credenciamento.

15.3. Os casos de urgência e/ou indisponibilidade serão distribuídos – também por ordem de credenciamento – entre as empresas com disponibilidade para o referido atendimento, assegurada a isonomia.

15.4. Os casos de especialização rara serão distribuídos – também por ordem de credenciamento – entre as empresas comprovadamente capacitadas por meio da apresentação de documentação técnica e de equipe técnica qualificada com disponibilidade para o referido atendimento, sendo exigida a comprovação adicional de qualificação sênior (ex: >10 anos de experiência), assegurada a isonomia.

16. DA HOMOLOGAÇÃO

16.1. Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no Edital, tanto no tocante à documentação apresentada, inclusive, quanto a eventuais recursos, os autos serão remetidos à autoridade superior para homologação do resultado do certame, podendo, ainda, revogar por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.

16.2. Com a homologação do certame, serão considerados efetivamente credenciados todos os interessados que atenderam às especificações deste Edital e seus anexos, conforme Edital de resultado publicado no Diário Oficial do AMESP, inclusive, com a ordem de classificação obtida com o sorteio para execução dos serviços em sistema de rodízio.

17. DA CONVOCAÇÃO DA CREDENCIADA PARA A ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

17.1. As empresas CREDENCIADAS serão convocadas, para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, comparecerem nas dependências da CREDENCIANTE/CONTRATANTE para assinatura do Termo de Credenciamento (Contrato), conforme minuta constante do **Anexo V**.

17.2. A convocação será feita por expediente eletrônico, cujo comprovante ficará juntado nos respectivos autos.

17.3. O não comparecimento injustificado para assinatura do Termo de Credenciamento (ou do Contrato) no prazo estabelecido, leva ao entendimento de que a empresa não tem mais interesse em se credenciar, autorizando a CREDENCIANTE/CONTRATANTE a providenciar sua exclusão do procedimento.

18. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - PRAZO

18.1. A empresa credenciada deverá realizar os serviços de Engenharia e/ou Arquitetura em geral, constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

18.2. Poderão ser convocados um ou mais credenciados para execução dos serviços, conforme as necessidades do momento.

18.3. Caso não haja necessidade da prestação de serviços de todos os credenciados, a convocação se dará de acordo com a demanda apurada e observando-se a ordem de classificação definida em sorteio e em sistema rodízio.

18.4. Os CREDENCIADOS/CONTRATADOS reconhecem, desde já, que os serviços somente deverão executados após a assinatura do contrato entre as partes e o recebimento das respectivas Ordens de Fornecimento (OF) e/ou Notas de Empenho (NE), bem como que tal circunstância constitui compromisso entre as partes para cumprimento do objeto nos prazos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

18.5. Os CREDENCIADOS/CONTRATADOS assumirão total responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos pessoais ou materiais causados à CREDENCIANTE/CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e/ou prepostos, decorrente da execução dos respectivos serviços.

18.6. Em caráter excepcional, conforme disposto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, os credenciados ficarão obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do respectivo Termo de Credenciamento.

18.7. O credenciamento e a celebração do Termo de Credenciamento não estabelecem a obrigação da AMESP e/ou de seus Consorciados em efetivar a totalidade da contratação

estimada, face à sua precariedade, razão pela qual, a qualquer momento, o CREDENCIADA/CONTRATADA ou a CREDENCIANTE/CONTRATANTE poderão denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital, na Portaria nº 009/2025 e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

18.8. Havendo mais de uma empresa credenciada, a prestação de serviços será executada em sistema de revezamento/rodízio - por ordem cronológica de credenciamento - em compatibilidade com a demanda da AMESP e/ou de seus Municípios consorciados.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas dos serviços decorrentes deste credenciamento serão suportadas pelas dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos vigentes da AMESP e/ou dos Municípios consorciados.

19.2. Poderão ser utilizadas, ocasionalmente, outras dotações orçamentárias conforme definida e indicada na respectiva Ordem de Fornecimento (OF) e/ou Nota de Empenho (NE).

20. DO PAGAMENTO

20.1. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) em até **15 (quinze) dias corridos**, a contar do(s) recebimento(s) da(s) nota(s) fiscal(is), a(s) qual(is) só poderá(ão) ser emitida(s) depois do recebimento definitivo do(s) material(is)/produto(s).

20.2. Ao CREDENCIANTE/CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) para o(s) pagamento(s) se o(s) material(is)/produto(s) não estiver(em) em conformidade com as exigências apresentadas em Edital, desde que seja(m) devidamente justificado(s).

20.3. O(s) pagamento(s) ficará(ão) condicionado(s) à apresentação de nota fiscal eletrônica, que deverá(ão) vir acompanhada(s) do certificado de Regularidade Fiscal em plena validade. Caso a validade das certidões, no certificado, seja inferior a 15 (quinze) dias, deverá ser providenciada a atualização das mesmas e, encaminhá-las ao endereço eletrônico do município consorciado (a ser fornecido no ato da assinatura contrato).

20.4. O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) através de processo padrão de processamento do setor contábil / financeiro do CREDENCIANTE / CONTRATANTE, exclusivamente por depósito bancário na CONTA CORRENTE vinculada ao CNPJ da CREDENCIADA/CONTRATADA. Não será(ão) efetuado(s) pagamento(s) de outras formas, como boleto bancário, depósito em conta poupança, ordem de pagamento, etc .

20.5. O emitente da NFe, obrigatoriamente, deverá disponibilizar *download* ou encaminhar

o arquivo eletrônico da NFe e seu respectivo protocolo de autorização ao destinatário no endereço eletrônico do município consorciado, devidamente informado no ato da contratação.

20.6. Nenhum pagamento será efetuado à CREDENCIADA/CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.7. Caso o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do documento fiscal, a depender do evento.

20.8. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CREDENCIANTE/CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100\%) / 365 \times EM$$

Onde:

EM = $I \times N \times VP$,

I = Índice de atualização financeira;

EM = Encargos moratórios;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual (igual a 6);

N = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

$$I = (6/100\%)$$

$$I = 0,00016438\% \times 365$$

$$EM = I (0,00016438\%) \times N \text{ (número de dias em atraso)} \times VP \text{ (valor da parcela em atraso)}$$

21. PREÇOS DOS SERVIÇOS

21.1. Os serviços prestados serão pagos com base nos valores fixados nas Tabelas do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, todos na conformidade dos índices governamentais elencados (SINAPI / SEINFRA / SUDECAP / PREFEITURA SP / DER-ES) vigentes na data da elaboração do Edital e do Termo de Referência.

- a) O tempo para execução dos serviços não poderá ser superior ao limite definido em contrato, de comum acordo entre as partes, salvo em caso excepcional devidamente comprovado.
- b) Os serviços não contemplados nas Tabelas do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

serão fixados mediante acordo entre as partes, todos na conformidade dos índices governamentais elencados (SINAPI / SEINFRA / SUDECAP / PREFEITURA SP / DER-ES) vigentes.

21.2. Os serviços contratados, **serão pagos contemplando um desconto de 20% (vinte por cento)** sobre os índices governamentais elencados (SINAPI / SEINFRA / SUDECAP / PREFEITURA SP / DER-ES) vigentes, todos na conformidade das **Tabelas do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, que apresenta em sua planilha orçamentária (Anexo I do Termo de Referência) **o preço final dos serviços com o percentual de desconto já aplicado.**

21.3. Nos preços obtidos mediante aplicação do percentual de desconto sobre os índices governamentais já fixado nas Tabelas do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, já deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas, etc.), contribuições previdenciárias e demais encargos necessários à execução dos serviços.

22. DA VIGÊNCIA

22.1. O Credenciamento deverá ficar permanentemente aberto e terá a sua duração de acordo com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir do aviso, no Diário Oficial do AMESP, jornal de circulação regional ou em sítio eletrônico oficial <http://www.licitamesp.com.br>.

22.2. O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) deste Credenciamento será de 12 (doze) meses, com início previsto a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, por sucessivos períodos, nos termos e limite estabelecido no art. 107, Lei Federal nº 14.133/2021.

23. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

23.1. Das obrigações do CREDENCIADO/CONTRATADO:

- a) Executar os serviços em conformidade com as especificações básicas constantes do Edital e seus Anexos e/ou das Ordens de Fornecimento/Serviço;
- b) Ser responsável, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salário, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto decorrente do credenciamento;
- c) Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio da CREDENCIANTE/CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

- d) Manter, durante o período de vigência do credenciamento, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial, no que tange à regularidade fiscal e a capacidade técnico-profissional e técnico-operacional, informando à CREDENCIANTE/CONTRATANTE toda e qualquer alteração na documentação, referente a sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, sob pena de descredenciamento;
- e) Justificar ao gestor deste credenciamento, indicado pela CREDENCIANTE/CONTRATANTE, sobre eventuais motivos de força maior que impeçam a execução dos serviços;
- f) Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, nos termos fixados neste Edital e seus Anexos e na legislação vigente;
- g) Conduzir os trabalhos em total consonância às necessidades das atividades da CREDENCIANTE/CONTRATANTE, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços;
- h) Apresentar, quando solicitado, a relação completa dos profissionais, indicando os cargos, funções e respectivos nomes completos, bem como, o demonstrativo do tempo alocado para execução dos serviços e cronograma respectivo;
- i) Observar o estrito atendimento dos valores estabelecidos no Edital e os compromissos morais que devem nortear as ações do credenciado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas do Contrato/Ordem de Fornecimento.

23.2. Das obrigações da CREDENCIANTE/CONTRATANTE:

- a) Exercer a fiscalização da execução dos serviços por meio de seu gestor, por intermédio de servidor especialmente designado no Termo de Credenciamento ou no Contrato, na forma prevista nos artigos 115 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Proporcionar todas as condições necessárias, para que o CREDENCIADA/CONTRATADA possa cumprir o estabelecido neste Edital;
- c) Caberá ao responsável pela solicitação do município de origem o repasse prévio à contratada, por escrito, de todas as orientações, artes e recomendações necessárias, para o cumprimento do objeto em conformidade com este edital;
- d) Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução dos serviços que venham a ser solicitados pelos técnicos do CREDENCIADO/CONTRATADO;
- e) Fornecer os meios necessários à execução, pelo credenciado, dos serviços objeto deste credenciamento;

- f) Divulgar as empresas credenciadas e definir a ordem de classificação mediante sorteio e, se possível, os valores a serem praticados na contratação dos serviços;
- g) Atestar as Notas Fiscais correspondentes aos serviços prestados, encaminhando-as para pagamento, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.
- h) Realizar os pagamentos no prazo máximo de 15 (trinta) dias corridos, e não o fazendo estará sujeita as correções descritas no item 20.8 deste Edital.

24. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

24.1. O CREDENCIANTE/CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar qualquer execução dos Serviços em desacordo com o previsto neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no art 104 inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, no caso de não ser indicado especificamente, no projeto, todos os sistemas deverá considerar e seguir a última edição dos códigos e normas publicados pelas seguintes organizações:

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- AISC - American Institute of Steel Construction;
- AISI - American Iron and Steel Institute;
- CCAA - Crane Manufacturers Association of America.

24.2. Qualquer tolerância por parte do CREDENCIANTE/CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela empresa credenciada vencedora, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o CREDENCIANTE/CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

24.3. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o CREDENCIANTE/CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da(s) empresa(s) CREDENCIADA(S)/CONTRATADA(S) designadas para a execução do objeto contratado, sendo - esta - a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

24.4. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto deste projeto, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada sem prévio assentimento por escrito da CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

24.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vierem a causar à CREDENCIANTE/CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

24.6. Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que porventura venham a ser reguladas em acordo coletivo.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As penalidades contratuais serão na conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, dispostas principalmente nos art. 155 a 163, que seguidos todos os procedimentos adequados de instauração, contraditório, ampla defesa, decisão motivada, base de cálculo das multas etc, serão aplicadas quando o CREDENCIADO/CONTRATADO descumprir as obrigações legais, editalícias ou contratuais, ou praticar atos ilícitos podendo culminar em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o CONSÓRCIO AMESP e municípios integrantes.

25.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, a CREDENCIADA/CONTRATADA fica sujeita - garantida a defesa prévia - às sanções, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

25.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CREDENCIANTE/CONTRATANTE serão aplicadas nas hipóteses dos ilícitos previstos na legislação aplicável ao caso.

25.3. A sanção administrativa de declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos na legislação aplicável ao caso.

26. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CONTROLE DE QUALIDADE

26.1. A(s) CREDENCIADA(s)/CONTRATADA(s) deverá(ão) executar o(s) serviço(s) com a devida diligência e observação dos padrões de qualidade exigidos, cumprindo prazos e acordos de confidencialidade de dados e informações.

26.2. A CREDENCIANTE/CONTRATANTE poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho dos credenciados, que serão dela informados.

26.3. Verificado o desempenho insatisfatório, o CREDENCIADA/CONTRATADA será notificado e deverá apresentar uma justificativa formal no prazo de 3 (três) dias úteis.

26.4. O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na restrição ou alteração do pagamento do serviço realizado, assim como na rescisão do Contrato e aplicação das

penalidades previstas na legislação vigente.

27. SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO

27.1. O credenciamento poderá ser suspenso ou cancelado:

- a)** pela CREDENCIANTE/CONTRATANTE, quando for por ela julgado que o credenciado esteja definitivamente ou temporariamente impossibilitado de prestar os serviços ou por não observar as normas legais ou Editalícias;
- b)** pela CREDENCIADA/CONTRATADA, quando mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e devidamente aceita pela CREDENCIANTE/CONTRATANTE, nos termos legais;
- c)** por relevante interesse da CREDENCIANTE / CONTRATANTE, devidamente justificado;
- d)** por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do credenciado, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições de mercado.

27.2. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado da obrigação de cumprir os eventuais serviços já requisitados pela CREDENCIANTE/CONTRATANTE e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital em caso de irregularidade na execução dos respectivos serviços (total ou parcial).

27.3. Independentemente deste credenciamento, a CREDENCIANTE / CONTRATANTE poderá realizar outros procedimentos para contratar os serviços referidos neste procedimento, assegurando-se a preferência deste em igualdade de condições e preços.

28. GESTOR DO CREDENCIAMENTO

28.1. A fiscalização e o acompanhamento dos serviços prestados em virtude deste credenciamento serão feitos através de um servidor efetivo, na qualidade de gestor, designado pela CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

28.2. É de competência do gestor:

- 28.2.1.** exercer a fiscalização do contrato na forma prevista nos artigos 115 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 28.2.2.** solicitar ao representante do credenciado a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, serão objeto de comunicação oficial para os fins de aplicação

das penalidades previstas neste instrumento;

- 28.2.3.** assinar o Termo de Recebimento Definitivo ou documento equivalente quando da execução dos serviços estiver plenamente concluída;
- 28.2.4.** emitir, quando solicitado pela CREDENCIADA/CONTRATADA, atestado sobre o seu desempenho na condução dos serviços contratados, submetendo-o a ratificação pela autoridade superior competente da CREDENCIANTE/CONTRATANTE;
- 28.2.5.** elaborar relatório de avaliação de desempenho quando solicitado pela autoridade superior competente da CREDENCIANTE/CONTRATANTE.

28.3. Para fins de fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, serão observados os seguintes procedimentos:

- 28.3.1.** Todas as questões oriundas deste credenciamento deverão ser formuladas por escrito e encaminhadas ao gestor dos serviços.
- 28.3.2.** O gestor anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o cumprimento das obrigações pactuadas, podendo determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 28.3.3.** Ao término do contrato, o registro próprio das ocorrências será juntado ao respectivo processo, facultando-se ao credenciado a obtenção de cópias dos registros e informações.
- 28.3.4.** As decisões ou providências que ultrapassarem a competência do gestor serão solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

28.4. Ao final dos serviços a CREDENCIANTE/CONTRATANTE fica obrigada a fornecer os Atestados de Capacidade Técnica Profissional e de Capacidade Técnica Operacional para a CREDENCIADA/CONTRATADA e sua Equipe.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Havendo divergência, omissão ou conflito entre as condições estabelecidas neste Edital e as legislações que regem este credenciamento, estas sempre prevalecerão.

28.2. A CREDENCIANTE/CONTRATANTE poderá a qualquer tempo, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente credenciamento.

28.3. Qualquer interessado poderá denunciar eventuais irregularidades na prestação dos serviços e/ou no faturamento oriundo deste credenciamento.

28.4. Este procedimento pode ser revogado, no todo ou em parte, por interesse público ou, anulada, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório, sem que disso resulte direito a ressarcimento ou indenização.

28.5. A Comissão de Credenciamento / Licitação poderá relevar falhas ou omissões de natureza formal que não comprometam a segurança da contratação e não restem infringidos, em especial, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da razoabilidade e da proporcionalidade.

28.6. As normas disciplinadoras deste procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação do número de CREDENCIADO(s)/CONTRATADO(s), observadas as condições e formalidades legais cabíveis.

28.7. Os interessados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste procedimento, sendo que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento de quem o tiver apresentado e rescisão do respectivo Termo de Credenciamento (Contrato), sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

28.8. A critério da CREDENCIANTE / CONTRATANTE, poderá ser encaminhada correspondência aos prestadores de serviço em potencial, que gozem de boa reputação profissional, para que promovam, querendo, o seu credenciamento.

28.9. A cada 180 (cento e oitenta) dias ou outro prazo inferior, conforme necessidade, a CREDENCIANTE / CONTRATANTE poderá realizar chamamento público para novos interessados, quando republicará o Edital, podendo alterar regras, condições e minutas.

28.10. O pedido de descredenciamento não desincumbe a CREDENCIADA/CONTRATADA do atendimento de obrigações já credenciadas, ou seja, aquelas em que ele já recebeu as respectivas Ordens de Fornecimento/serviços e ou Nota de Empenho.

28.11. O valor fixado neste Edital poderá ser revisto a fim de restabelecer a relação entre as partes e manter seu equilíbrio econômico-financeiro inicial em função de sobrevir fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

28.12. Outras informações poderão ser obtidas no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, com os servidores do Setor de Compras/Licitação do CONSÓRCIO AMESP, ou, ainda, pelo telefone (35) 3622-4211.

28.13. O presente Edital de Chamamento Público e todos os seus anexos, são integrantes

entre si, de forma que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido, para todos os efeitos.

28.14. Nenhuma indenização será devida aos interessados pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital de Credenciamento, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação ao processo de credenciamento.

28.15. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do credenciamento, a associação do Contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Edital e no Contrato, com exceção da previsão contida no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

28.16. A empresa CREDENCIADA/CONTRATADA deverá manter durante o curso de vigência do Termo de Credenciamento todas as condições de habilitação que ensejaram o credenciamento.

28.17. A inexatidão de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de credenciamento, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

28.18. Os casos omissos serão resolvidos com base nos princípios gerais do direito e nas disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021.

28.19. o presente CREDENCIAMENTO poderá ser suspenso, revogado em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

29. DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Fica eleito, em renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões de conflito ou litígio oriundas deste Edital de Credenciamento e/ou da CREDENCIADA/CONTRATADA dele originados, inclusive no tocante à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, através da Câmara de Mediação e Arbitragem do Conselho de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CMA Crea-MG, localizada na Avenida Álvares Cabral, nº 1.600, Santo Agostinho, Belo Horizonte - CEP: 30.170-917, e em conformidade com o seu Regulamento de Arbitragem.

Com a inserção da presente cláusula neste Edital de Credenciamento e - consequentemente sua inserção em todos os contratos dele originados, as partes declaram conhecer o referido Regulamento e concordar, em especial e expressamente,

com os seus termos".

30. DOS ANEXOS

30.1. O presente Edital é composto por 30 (trinta) páginas e 6 (seis) anexos. Os anexos que integram este Edital, para todos os fins e efeitos, são os seguintes:

- i. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS (A, B, C e D);
- ii. ANEXO II - MODELO DE REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO;
- iii. ANEXO III - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO;
- iv. ANEXO IV - MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- v. ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO;
- vi. ANEXO VI - DECLARAÇÃO.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, em sítio eletrônico oficial:

<http://www.licitamesp.com.br>.

Pouso Alegre/MG, aos 14 de abril de 2026.

Engº Moacir Franco
Diretor Executivo da AMESP

Wagner do Couto
Pregoeiro da AMESP